

... Mas afinal o que é a *Teoria Queer*?

“A única coisa que torna possível a identidade é a ausência de mudança, mas ninguém acredita de fato que se seja semelhante àquilo de que se lembra”

Gertrude Stein

Quando nos propomos a estudar as construções homoafetivas através das famílias homossexuais repensando o binarismo hetero/homossexualidade, optamos por lançar mão de um novo discurso acadêmico que gradativamente parece substituir o que costumava ser denominado de estudos gays e lésbicos., denominado *teoria queer*. Esta escolha se deu principalmente em função da pluralidade da diversidade das configurações familiares na contemporaneidade e o conseqüente repensar das identidades cristalizadas em nossa sociedade. Assim, uma teoria que questionasse conceitos de identidades internalizadas e acimentadas nos pareceu bastante útil aos propósitos da pesquisa que iríamos iniciar.

O termo foi cunhado por Teresa de Laurentis em uma conferência realizada na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, em fevereiro de 1990, a fim de teorizar sobre as sexualidades gays e lésbicas. Seus principais aspectos passam por um conceito de sexualidade que vê o poder sexual incorporado em diferentes níveis da vida social, expresso discursivamente e reforçado através de fronteiras e divisões binárias, assim como a problematização das categorias de sexo e gênero e de identidades em geral. O termo *queer* tem sido empregado como um marcador da instabilidade da identidade e, conforme observa Joshua Gamson:“(...) a teoria *queer* e os estudos *queer* propõem um enfoque não tanto sobre populações específicas, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução.” (Gamson, 2006, p. 347).

Na base das principais formulações *queer* situa-se a teoria do poder de Michel Foucault que problematizou o binômio sexo/natureza, abordando o sexo de forma histórica. Neste sentido, a análise *queer* é coerente com a proposta foucaultiana, sobretudo, na seguinte afirmação:

“Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 2005, p. 30)

A fim de melhor compreendermos os princípios da análise foucaultiana a respeito do dispositivo da sexualidade e, assim, começarmos a nos familiarizar com o universo *queer*, devemos considerar a relação entre poder e saber, assim como as variações que as relações de poder apresentam em diferentes contextos e a distribuição dos discursos, para Foucault, em diferentes campos do saber.

A partir de Foucault, diversos teóricos *queer* propõem, tais como Sedgwick(1985), desconstruir, descentralizar e fazer leituras revisionistas de conceitos naturalizados como a sexualidade e mesmo o gênero, da mesma forma que defendem uma política anti-assimilacionista, questionando áreas que normalmente não são vistas no terreno da sexualidade, conduzindo leituras *queer* de textos ostensivamente heterossexuais ou não sexuais (Stein & Plummer, 1997) já que, segundo Sedgwick (1985), cada sociedade define o que é sexual ou não, assim como avalia a aceitabilidade ou rejeição de certas relações, a partir de critérios próprios à sua estrutura de poder.

O questionamento proposto por Sedgwick (1985), uma importante teórica *queer*, demonstra que a estrutura social da homofobia é anterior à noção contemporânea de identidade homossexual. Para esta autora, em sociedades marcadas pelo dispositivo de sexualidade, o senso comum discursivo e institucional é caracterizado por uma recusa cognitiva da homossexualidade, ou seja, formado pela idéia de uma sexualidade particular constituída como segredo.

Neste contexto no qual identidades sexuais são sinônimas de identidade compulsória, de acordo com Sedgwick, assistimos a uma incoerência interna e a um conjunto de interdições contraditórias. Somos testemunhas, assim, de uma identidade social que busca ser ao mesmo tempo proibida e necessária, a fim de produzir e manter uma identidade hegemônica.

Ainda segundo Sedgwick (1985), mais do que uma discussão pró-homossexual ou anti-homossexual, o objetivo deve se focar na análise das contradições mais ativas que estão presentes em todos os importantes movimentos que desde o final do século XIX definiram o binômio homo/heterossexual.

Percebe-se que tal perspectiva difere dos estudos sobre a constituição de “minorias” sexuais, uma vez que se voltam para o processo de constituição “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (Seidman, 1996, p. 12).

A teoria *queer* afirma ainda que as estratégias de grupos minoritários, como os homossexuais, reforçam um binarismo onde um dos pólos sempre será normativo, deixando o centro deste cenário vazio (Stein & Plummer, 1997). Com isso, a proposta não seria abandonar, mas sim problematizar estes binarismos.

Neste sentido, a filósofa Judith Butler, uma das principais teóricas *queer*, afirma que não se deseja rejeitar as teorias representacionais de linguagem, mesmo porque não seria possível. O que se propõe, na verdade, é passar a explicar a dicotomia homo/heterossexualidade como sendo constructos sociais para garantir a hegemonia do grupo dominante (Butler, 2003).

Ampliando um pouco mais nossa discussão, quando falamos em *queer*, segundo Jagose (2000), podemos descrever uma realidade na qual se compartilha um posicionamento anti-normativo entre as diferentes orientações sexuais, desnaturalizando identidades como principal estratégia. Já segundo Namaste (1996), uma das principais apostas *queer* é ainda abranger uma multiplicidade de identidades, repensando o binarismo hetero/homossexualidade, não apenas levando em conta minorias homossexuais, mas também identidades sexuais que não são tidas como transgressoras, tais como determinadas posições heterossexuais não legitimadas. Desta forma, ainda segundo este autor, através do questionamento de binarismos, abriremos um espaço maior de construção individual na sociedade, uma vez que não se trabalha com a idéia de um sujeito inserido em grupos onde ele seja identificado como tendo uma identidade imutável.

Portanto, se tentarmos resumir o que foi dito acima por destacados pensadores *queer*, é possível constatar que o objetivo deste movimento não passa por uma desqualificação das identidades, já que afirmam inclusive que não é possível dispensá-las. Antes disso, a teoria *queer* prefere adotar um processo de desconstrução a fim de lançar um olhar diferenciado para os processos sociais de naturalização, com o propósito de questionar os poderes que legitimam tal

naturalização e não eliminá-los. Segundo Butler, ainda que a teoria *queer* se oponha aos que defendem a noção de identidade, é objetivo desta teoria não apenas expandir “a comunidade de ativismo anti-homofóbico”, mas também afirmar que a sexualidade não pode se resumir a esquemas de categorização. Assim, não se deve concluir que a teoria *queer* se oponha à noção de gênero ou ainda que critique quem defende esta maneira de ver o mundo. (Butler, 2006).

Semanticamente, a palavra *queer*, em inglês, significa estranho e esquisito, além de ser usado como termo depreciativo para designar homossexuais masculinos. Contudo, este mesmo termo era usado no início do século XX para descrever algo exótico com conotação positiva. Portanto, um dos valores mais importantes desta terminologia é não ser algo estanque, essencial. E essa é, também, uma das idéias em que estão de acordo com a teoria *queer*: a identidade não deve ser uma essência, mas algo contínuo.

Com isso, os criadores desta teoria pretendem abarcar uma cultura sexual marginalizada, distanciando-se dos estudos tradicionais sobre homossexualidade, tomando o desejo sexual como uma construção social, onde o *mainstream* heterossexual dita as normas de comportamento adequado e esperado na sociedade ocidental. Assim, a teoria *queer* aposta na hipótese de que esta construção passa por processos sócio-históricos importantes e ainda pouco estudados.

No Brasil ainda não se institucionalizaram linhas de pesquisas acadêmicas *queer*, ao contrario dos EUA e de vários países da Europa. Contudo, já existem incursões *queer* em nosso país, principalmente no campo da educação e da literatura. A literatura *queer* brasileira já conta com uma produção de boa qualidade, a exemplo dos trabalhos dos sociólogos Richard Miskolci (UFSCAR), Berenice Bento (UNB) e Nádía Perez Pino (UFSCAR), da antropóloga Miriam Pillar Grossi (UFSC), além dos estudos das psicólogas Márcia Arán (UERJ) e Anna Uziel (UERJ), da historiadora Karla Bessa (UFG), assim como da educadora Guacira Lopes Louro (UFRGS). Estes pensadores discutem, respectivamente, temas diversos tais como a renegociação de padrões normativos e práticas sexuais, a luta contra a heterossexualidade compulsória, a discussão sobre porque que os sujeitos subvertam as normas de gênero, tais como os transsexuais, a construção do corpo sexual, no sentido de investigar os critérios usados para nomear homens e mulheres, gênero, violência contra mulheres,

homossexualidades e parentesco, transexualidade e práticas de saúde no Brasil, homoparentalidade, a cultura chamada GLBT e a educação vista sob um ângulo *queer*.

Embora formas de filiação que escapam do tradicional, ou seja, filhos a partir de relação sexual, como a adoção, já tenham promovido debates sobre a importância do biológico e do social para as relações afetivas parentais, a homoparentalidade introduz novos elementos.

A partir da teoria *queer*, portanto, este trabalho se propõe, como já foi dito, além de discutir este desafio, a uma reflexão no sentido de analisar o binarismo hetero/homossexualidade como sendo uma possível forma de controle que tem como alvo os sujeitos que não se enquadram nas regras sociais das relações (parentais) tradicionais e sugerir, alternativamente, que o gênero não seja mais visto como algo que somos, mas como um efeito que produzimos a partir do que fazemos (Butler, 1990), questionando seu lugar como reflexo de uma condição.

Assim, concordamos com a teoria *queer*, que acredita não existir uma identidade de gênero anterior a sua criação pela cultura e que estes mesmos gêneros são, na verdade, performances que produzem uma identidade que dizem expressar.

Para entendermos um pouco mais o conceito de performance mencionado acima, devemos voltar a Judith Butler, quando a autora constrói sua argumentação quanto ao que chama de performatividade, afirmando que a performance repetida de gênero seria uma reprodução e também uma nova experiência de significados socialmente estabelecidos, bem como uma forma de legitimação, ou, em suas próprias palavras,

(...) atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. (BUTLER, 2003, p. 194).

Ou seja, esta performance não seria um ato do sujeito mas sim uma produção ritualizada (Butler, 1993), mesmo porque a antropologia tem

demonstrado que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outras.

1.1

Foucault: Marcando Corpos, Dominando Almas

A *História da Sexualidade* de Michel Foucault (1979) é uma obra de referência para este campo de estudos onde, apesar de não ter como proposta romper com o binarismo naturalizado na sociedade ocidental, questiona as categorias da sexualidade que esta mesma sociedade construiu.

Apesar de não ser nosso propósito a análise mais detalhada desta questão, é importante conhecermos um pouco da noção de poder em Foucault, pois ela é fundamental para a teoria *queer*. Para este autor a história da sexualidade deve ser feita a partir de uma história dos discursos e, a fim de justificar esta afirmação, Foucault expõe sua concepção de poder, fazendo a relação deste com o discurso e a sexualidade, através da recusa da imagem do poder como meramente opressor e negador do sexo.

Desta forma, ele tenta compreender como poder e desejo se articulam e conclui que a imagem do poder como repressor da liberdade permite-nos aceitar sua validade, pois assim o alcance do poder seria muito maior. Assim sendo, as leis deixam de ser as únicas representantes do poder, uma vez que este extrapolou seus limites a partir do século XVIII, criando novas formas de dominação. Nós passamos, então, a ser controlados e normatizados por múltiplos processos de poder.

Da mesma forma, o dispositivo da sexualidade, que instituiu o sexo como verdade maior sobre o indivíduo, transpôs o controle para o corpo, fazendo com que o discurso instituisse a homossexualidade como pecado e, mais tarde, como patologia, mas possibilitando-a, ao mesmo tempo, de falar por si, reivindicando espaços e discursos próprios, criando um binarismo no qual a heteronormatividade detivesse o poder.

"Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram

umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”. (FOUCAULT, 1979, p. 88).

A teoria *queer* é baseada em boa parte na obra de Michel Foucault, notadamente em função de sua análise a respeito *da invenção dos homossexuais* (Foucault, 1979), que permitiu, pela primeira vez, um “discurso inverso”: homossexuais poderiam começar a defender seus interesses usando as mesmas categorias e terminologia que tinham sido usadas para marginalizá-los.

Segundo Foucault (1979), a escolha do objeto nem sempre se constitui como base para uma identidade, assim como não parece ser questão crucial na percepção de toda e qualquer pessoa sobre sua sexualidade. Assim, a desnaturalização das sexualidades e dos corpos marcados biologicamente se faz a partir da própria noção de prática discursiva, que criou uma verdade sobre a identidade humana, que se cristalizou na divisão sexual e binária da sociedade. Desta forma, tanto a heterossexualidade como a homossexualidade são produções de um saber e de uma prática normativa que exercem o poder de naturalização deste binarismo, que acompanha a divisão do mundo em práticas lícitas e ilícitas.

Assim, este poder se manifesta na identificação dos corpos, no incentivo e na proliferação de práticas sexuais consideradas lícitas e este binarismo acaba por legitimar a hegemonia da família heterossexual, “como se lhe fosse essencial que o sexo esteja inscrito não somente em uma economia do prazer, mas em um regime ordenado de saber” (Foucault 1993).

Por isso, a teoria *queer* concorda com Foucault, quando afirma que a proliferação de novas identidades sexuais (transexuais, bissexuais, homossexuais etc) e sua cristalização, através de reivindicações identitárias, reproduzem as representações hegemônicas na medida em que se afirmam em “oposição a”, “diferente de”, ou seja, o múltiplo gira em torno do eixo unificador do *mainstream*, polarizando a relação entre estas identidades e uma outra, detentora do poder. Isto porque, para Foucault, o sexo biológico é fruto de um efeito discursivo. Por isso, a desnaturalização do sexo biológico pode promover o questionamento da divisão binária da sociedade com seus efeitos de apropriação e dominação, assim como a identificação da heterossexualidade como orientação sexual normativa.

Claro que Foucault não queria, com isso, afirmar que nós não nascemos com um aparelho genital dado, mas sim mostrar como o poder de práticas discursivas poderosas cria o corpo ao anunciá-lo sexuado, ao fazer de sua constituição biológica um fator “natural” que carrega características específicas e torna indiscutível a divisão dos seres humanos em dois blocos distintos.

Deste modo, ao final do século XX, a política de identidade homossexual entra em crise e revela suas insuficiências e limitações. Foucault, em seu livro "A Vontade de Saber", o primeiro volume de sua "História da Sexualidade", logo no capítulo inicial, discute o que ele chama de *hipótese repressiva* e questiona se a repressão sexual seria mesmo um fenômeno apenas da Idade Clássica, como até hoje muitos acreditam considerando o nosso século como a era da grande liberação. Segundo a *hipótese repressiva*, a partir do século XVIII, um crescente puritanismo passa a vigorar, condenando o sexo pelo prazer, permitindo portanto, como única manifestação possível, a sexualidade do casal monogâmico, e heterossexual. Sobre as sexualidades periféricas e estéreis teria sido imposto um silêncio geral, uma intensa repressão. Foucault propõe uma leitura mais rica desta relação *poder/sexualidade*. Não nega que em muitos momentos houve repressão. Mas a dinâmica é mais complexa, mais sutil, mostrando que ocorreu uma dominação das pessoas através do controle, de técnicas de sujeição, de métodos de individuação e de observação.

Ao refutar a hipótese repressiva, Foucault (1979) afirma que o sexo foi colocado em discurso na sociedade vitoriana por ser um canal de entrada do poder no corpo com a finalidade de dominar esses elementos, através de uma “polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor da proibição” (Foucault, 1979), fazendo-nos refletir a respeito da premissa que afirma ser o grau de repressão (ao qual a pulsão sexual é submetida) o único elemento a afetar as manifestações da sexualidade. Assim, podemos inferir que a sexualidade não é nada além de um dispositivo sócio-histórico.

A Idade Média tinha organizado, sobre o tema da carne e da prática da confissão, um discurso estreitamente unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, biologia, medicina, psiquiatria, na moral e, na crítica política. E mais: o sólido vínculo que vinculava a teologia moral da concupiscência à obrigação da confissão (o discurso teórico sobre o sexo e sua formulação na primeira pessoa) foi rompido ou, pelo menos,

distendido e diversificado: entre a objetivação do sexo nos discursos racionais e o movimento pelo qual cada um é colocado na situação de contar seu próprio sexo produziu-se, a partir do século XVIII, toda uma série de tensões, conflitos, esforço de ajustamento, e tentativas de retranscrição. (FOUCAULT, 1979, p. 35)

É exatamente a partir deste pressuposto que Foucault desenvolveu sua teoria do “bio-poder”, que pode ser descrito como um conjunto de práticas e discursos que determinam a normatização do desejo sexual. O bio-poder nos interessa bastante pois a família tornou-se uma instituição privilegiada para que se traçasse a linha divisória entre o que seria normal e patológico em relação à sexualidade. Para Foucault a noção de bio-poder corresponde aos i vida nos jogos do poder da sociedade atuando sobre os corpos. O poder passa a dominar a vida de todos nós, um poder preocupado em a produzir forças e foi a partir do século XVII que essa nova configuração de poder sobre a vida entra no cenário da sociedade ocidental através de dois caminhos: pela tomada do corpo como máquina e através da biopolítica da população, onde se captura do corpo toda a mecânica do ser vivo e dos processos biológicos que o atravessam.

Em sua obra *Os Anormais*, Foucault (1999) mostra bem claramente como a família foi usada como instrumento de controle do bio-poder: entre 1760 e 1780 se deflagra grande campanha contra a masturbação na França, tendo como justificativa os males que tal prática poderia ocasionar no adolescente. O real temor que havia, segundo Miskolci (2003), era o do incesto, tornando possível a presença do médico através da psiquiatria no controle das práticas sexuais na família e, mais tarde, do psicanalista. É fácil percebermos como a sexualidade era vista como um perigo e como era projetada na família a suspeita de que os adultos ameaçavam sexualmente seus filhos. Portanto, não é de se admirar que, quando homens homossexuais, mais tarde, viessem a reivindicar o direito à paternidade, seriam imediatamente taxados, entre outras coisas, de pedófilos em potencial. Porém, a homossexualidade não foi sempre vista desta forma. Em diferentes momentos históricos, o “*amor que não ousa dizer seu nome*” parafraseando o brilhante escritor inglês do século XIX Oscar Wilde, se construiu de maneiras diferentes. Para chegarmos à construção da homossexualidade tal qual ela é atualmente concebida, inúmeras desconstruções do próprio conceito tiveram de ser feitas em nossa cultura.